

**MINHOCOM**

gestão de infra-estruturas  
de telecomunicações

# RELATÓRIO E CONTAS 2009

## **Índice**

<b>A) Relatório de Gestão</b>	<b>3</b>
Nota introdutória	3
Enquadramento macroeconómico	3
Actividade da Empresa	12
Análise económico-financeira	13
Perspectivas Futuras	14
Dívidas ao Estado e outros entes públicos e à Segurança Social em situação de mora	14
Acontecimentos subsequentes	14
Proposta de aplicação de resultados	14
Nota Final	15
<b>B) Informação Financeira</b>	<b>16</b>
Balanço	16
Demonstração dos Resultados por Naturezas	17
Demonstração dos Resultados por Funções	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa – método directo	19
Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
<b>C) Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados</b>	<b>21</b>
<b>D) Relatório e Parecer do Fiscal Único</b>	<b>31</b>
<b>E) Certificação Legal das Contas</b>	<b>32</b>
<b>F) Órgãos Sociais</b>	<b>33</b>
<b>G) Anexo ao Relatório do Conselho de Administração</b>	<b>34</b>

A  
b

## A) Relatório de Gestão

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Accionistas,

A Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Exas. o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2009.

### Nota introdutória

A Minhocom – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M. (Minhocom), resulta duma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, que detém 51% do capital social, sendo os restantes 49% subscritos pelos parceiros privados. Destes últimos, destaca-se a compra de 48,49% do capital social, no decorrer de 2009, pela Dstelecom, S.A.

O processo de auditoria e aprovação do investimento efectuado em 2008 foi formalmente terminado em Outubro.

A actividade desenvolvida em 2009 foi, sobretudo, de implantação e instalação da rede de telecomunicações em causa, tendo sido efectuados diversos testes à rede, complementado com a ligação de alguns pontos esporádicos.

No último trimestre de 2009 iniciou-se um processo de reflexão e de análise dos vários documentos que sustentarão as normas e *modus operandis* da empresa.

### Enquadramento macroeconómico

#### Quadro macroeconómico internacional

O ano de 2009 foi caracterizado pela crise financeira mundial, que se traduziu ainda numa crise económica e no início de uma potencial crise social. Assistiu-se à falência de diversas instituições financeiras, ao encerramento de outras e a processos de consolidação.

Fruto da crise financeira, que se iniciou nos EUA, e que rapidamente se alastrou a todo o mundo, com dimensões e impactos nunca imagináveis, os Governos encetaram políticas concertadas no sentido de evitar ainda maiores danos à economia mundial.

Assistiu-se, em 2009, à intervenção dos Governos no sector financeiro, nomeadamente à nacionalização de instituições bancárias, à disponibilização de elevados montantes de empréstimos, à participação em aumentos de capital, tudo para sustentar e evitar o desmoronamento do sector financeiro e do tecido empresarial em geral.

J. J. J.

*Handwritten marks: a star and a signature.*

Alguns sectores de actividade, como o ramo automóvel, tiveram que ser alvo de intervenções estatais específicas, e vislumbramos a entrada do sector público no capital de instituições financeiras e mesmo a alteração de legislação de forma a regular o sector.

Em suma, foi colocada em causa a liberalização total do mercado nos moldes conhecidos à data, e passou a ser reconhecida a necessidade de intervenção mais premente do Estado e o reforço de mecanismos de controlo que evitem que nova tragédia volte a ocorrer.

É esperada uma retoma da economia, ainda que moderada, no exercício de 2010.

Neste contexto de adversidade, verificou-se no ano de 2009 uma retracção do crescimento da economia mundial em 2,2%, contra o crescimento de 3,4 % verificado em 2008, segundo dados do FMI.

Indicadores Macroeconómicos	2007	2008	2009
<b>PIB:</b>			
EUA	2,0	1,3	-2,4
UNIÃO EUROPEIA	2,9	0,9	-4,1
ZONA EURO	2,6	0,7	-4,0
JAPÃO	2,4	-0,7	-5,0

Fonte: GPEARI Finanças  
Leitura: Variação Percentual

Na Europa, os efeitos da crise financeira foram semelhantes aos de outras regiões do globo, assim como as medidas adoptadas para sustentar a mesma. Se bem que fruto da Zona Euro, alguns países membros conseguiram evitar a derrocada, mas como não terão à sua mercê a medida paliativa de desvalorização da moeda, poderão ter mais dificuldades em sair da crise.

Apesar do aumento verificado nos preços do petróleo ter influenciado, mais recentemente, as pressões inflacionistas descendentes, ainda que de forma ligeira, as taxas de inflação a nível mundial continuaram baixas ao longo de 2009. A descida global da inflação foi condicionada, em grande medida, pela evolução anterior dos preços dos produtos energéticos. Nos países da OCDE, o IPC global aumentou 0,2%, no ano, até Outubro, após uma sucessão de valores negativos.

*Handwritten signature.*

Verificou-se, no entanto, o aumento da taxa de desemprego, que se fixou nos 6,6%.

Indicadores Macroeconómicos	2007	2008	2009
<b>Inflação:</b>			
EUA	2,8	3,8	-0,4
UNIÃO EUROPEIA – 27	2,4	3,7	1,0
ZONA EURO	2,1	3,3	0,3
JAPÃO	0,1	1,4	-1,3
<b>Taxa de Desemprego:</b>			
EUA	4,6	5,8	9,3
UNIÃO EUROPEIA – 27	7,1	7,0	8,9
ZONA EURO	7,5	7,6	9,4
JAPÃO	3,9	4,0	5,1
<b>Índice de Produção Industrial:</b>			
EUA	1,7	-1,8	-9,8
UNIÃO EUROPEIA – 27	3,3	-1,6	-13,9
ZONA EURO	3,4	-1,7	-14,9
JAPÃO	2,9	-3,3	-22,3

Fonte: Eurostat / Banco de Portugal / FED/GPEAR1  
Leitura: Variação Percentual

Reflectindo as descidas das taxas de juro efectuadas pelos bancos centrais, as taxas do mercado monetário do Euro reflectiram uma progressiva descida das taxas de curto prazo até valores abaixo de 1%, na Europa e nos Estados Unidos, enquanto que as taxas de longo prazo se mostraram mais resistentes à descida, antecipando fortes volumes de emissão de dívida pública, destinados a financiar os planos de estímulo económico. No final de Dezembro, as taxas de juro Euribor para os prazos de 3, 6 e 12 meses situavam-se em 0,70%, 0,994% e 1,248%, respectivamente.

Taxas de Juro Referência	2007	2008	2009
Zona Euro	4,00	2,50	1,00
EUA	4,25	0,25	0,25
Japão	0,50	0,30	0,30
Reino Unido	5,50	2,00	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem, no final do período

Ⓟ  
b

Taxas de Juro Mercado Monetário	2007	2008	2009
<b>Zona Euro</b>			
Eonia	3,86	3,86	0,71
Euribor 1 mês	4,08	4,27	0,90
Euribor 3 meses	4,28	4,63	1,23
Euribor 6 meses	4,35	4,72	1,44
Euribor 12 meses	4,45	4,81	1,62
<b>EUA</b>			
Libor 3 meses	5,30	2,91	0,69
<b>Japão</b>			
Libor 3 meses	0,79	0,93	0,47

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem

Contrariamente ao observado em 2007 e 2008, a taxa de câmbio do Euro face ao Dólar americano aumentou no ano de 2009, situando-se nos 1,441 dólares no final do ano, perdendo, no entanto, terreno face à Libra e ao Franco Suíço.

Divisas	2007	2008	2009
EUR/USD	1,472	1,392	1,441
EUR/JPY	164,930	126,140	133,160
EUR/GBP	0,733	0,953	0,888
EUR/CHF	1,655	1,485	1,484

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Tendo em conta a grave crise económica vivenciada no decorrer de todo o ano de 2009, os grandes índices bolsistas viram agravadas as perdas já iniciadas no ano de 2008.

Mercados Bolsistas	2007	2008	2009
Dow Jones EURO STOXX 50	16,5	-24,6	-25,4
Nikkei 225	5,3	-28,4	-23,2
Standard & Poors 500	12,6	-17,3	-22,5

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Variação Percentual

2009

Também o preço das matérias-primas sofreu reduções. Contudo, foi encetada uma recuperação gradual, com o *brent* a ultrapassar os 70 dólares por barril, duplicando a cotação do início do ano.

Matérias-primas	2007	2008	2009
Petróleo Brent USD/Barril (1)	72,55	96,42	62,45
Bens Agrícolas (2)	5,0	-0,8	-16,80
Metals (2)	17,4	-8,0	-28,60

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: (1) Preço Barril/USD / (2) Variação Percentual

### Quadro macroeconómico nacional

Indicadores Macroeconómicos	2007	2008	2009 <sup>(e)</sup>
<b>Despesa e PIB</b>			
- Consumo Privado	1,6	1,7	-0,9
- Consumo Público	0,0	1,1	2,6
- FBCF	3,2	-0,7	-11,8
- Exportações	7,5	-0,5	-12,0
- Importações	5,6	2,7	-10,7
- PIBpm	1,9	0,0	-2,6
<b>Inflação</b>	2,4	2,7	-0,9
Índice de Produção Industrial	1,7	-4,0	-9,9
Índice Volume Negócios na Indústria	10,5	0,9	-16,5
Índice PSI 20	16,27	-51,29	33,47
Taxa de Desemprego	8,0	7,6	9,5

Fonte: Ministério das Finanças  
Leitura: variação percentual, à excepção da Taxa de Desemprego  
(e)- Estimativa

A actividade económica de Portugal em 2009 foi marcada por uma desaceleração do crescimento, num contexto de deterioração da conjuntura económica e financeira internacional. Com efeito, o PIB teve uma variação negativa de 0,9% em 2009, após uma estagnação em 2008.

O mercado de trabalho revelou alguma deterioração, verificando-se um aumento da taxa de desemprego para quase 10%.

Estima-se uma deflação, na variação média anual do Índice de Preços no Consumidor, de cerca de 0,9%, contrariando o crescimento verificado no ano anterior.

De acordo com o GPEARI Finanças, o défice orçamental aumentou de 2,7% do PIB em 2008, para 9,3% do PIB em 2009, o que resultou não só da diminuição da receita fiscal, como também das medidas de combate à conjuntura recessiva, nomeadamente o aumento de benefícios sociais. A despesa pública foi a única componente do PIB que não teve uma evolução negativa (+2,6% em 2009), o que resultou do esforço do Estado em estimular a economia.

Alguns sectores de actividade foram fortemente afectados pela crise, tendo sido necessária a intervenção do Governo, nalguns casos concertada com o sector privado, de forma a evitar prejuízos ainda mais significativos e uma maior perda de postos de trabalho.

### O Sector das Telecomunicações

O sector das telecomunicações, não passou ao lado da crise mundial, mas foi dos sectores menos afectados no exercício de 2009. Complementarmente, foi ainda um dos sectores em que mais se apostou, sobretudo em termos de redes de nova geração, para estimular o crescimento da economia.

No ano de 2009, o sector das telecomunicações foi dominado, no mercado residencial, pela disputa acirrada entre o MEO (PT) e a ZON (TV CABO), em especial na oferta de TV por subscrição, na conquista de *market share*.

No mercado empresarial não se verificaram grandes movimentações, com excepção da especulação em torno da alienação da ONI a um dos actuais *players* do mercado.

Mas o grande tema do sector no exercício transacto foi o lançamento das Redes de Nova Geração (RNG), baseadas em fibra óptica, quer através de campanhas publicitárias avassaladoras, quer mesmo através do lançamento de concursos públicos para a instalação, gestão, operação e manutenção de redes de alta velocidade em todo o interior do País e regiões Autónomas.

De realçar também em 2009 o investimento massivo que o incumbente efectuou na passagem de fibra, para projectos de FTTH (*fiber to the home*) com tecnologia GPON (*gigabit passive optical network*), se bem que é notório, as baixíssimas taxas de penetração, ou pelo menos, a indisponibilidade do mercado para aceitar preços superiores às ofertas retalhistas actuais.

Durante 2009 foram também iniciadas as emissões de Televisão Digital Terrestre (TDT) para os canais de acesso gratuito – RTP1, RTP2, SIC e TVI, no continente, e RTP Açores e RTP Madeira, nas respectivas Regiões Autónomas. Em termos dos canais de subscrição, a situação é dúbia pois, aparentemente, o vencedor do concurso respectivo desistiu de utilizar a concessão que lhe foi atribuída.

Não se assistiu à entrada de novos *players* de grande dimensão no mercado susceptíveis de utilizarem a sua infra-estrutura, nem mesmo o surgimento de projectos de empreendedores de carácter local/regional, se bem que estas iniciativas dificilmente podem extravasar a disponibilização de internet decorrente do custo e dificuldade de um operador sem dimensão aceder a conteúdos.



TV por Subscrição

Com base nos últimos dados de mercado, fornecidos pela Anacom, relativos ao 3.º Trimestre de 2009, os alojamentos cablados eram de 4,3 milhões, cerca de mais 22 mil alojamentos do que no trimestre anterior, e mais 93 mil do que em igual período do ano anterior.

Quadro A – Alojamentos Cablados

	3T08	2T09	3T09	Variação Trimestral	Variação homóloga	Total aloj. Por NUTS II
Norte	1 298	1 324	1 331	0,5%	2,6%	1 812
Centro	584	595	597	0,4%	2,4%	1 376
Lisboa	1 786	1 803	1 812	0,5%	1,5%	1 392
Alentejo	160	164	164	0,2%	2,2%	456
Algarve	212	216	219	1,3%	3,1%	334
RAA	56	66	66	0,0%	17,5%	103
RAM	91	91	91	0,0%	0,0%	118
<b>Total</b>	<b>4 187</b>	<b>4259</b>	<b>4280</b>	<b>0,5%</b>	<b>2,2%</b>	<b>5 590</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Unidade: Milhares

A distribuição geográfica dos alojamentos cablados continua praticamente inalterada, continuando Lisboa a ser a região onde se concentra a maior parte, 42,3 por cento.

O número de clientes de subscrição de TV por cabo, no 3.º Trimestre de 2009, foi de 1,45 milhões, menos 2,2 por cento do que no trimestre homólogo do ano anterior.

Quadro B - Assinantes do Serviço de Televisão por cabo

	3T08		2T09		3T09		Variação Trimestral	Variação homóloga
	Total	Dos quais digitais	Total	Dos quais digitais	Total	Dos quais digitais		
Norte	377	132	379	173	380	195	0,2%	0,7%
Centro	178	37	172	54	172	68	0,1%	-3,6%
Lisboa	709	261	690	334	690	361	0,0%	-2,7%
Alentejo	47	11	44	15	43	18	-2,2%	-7,9%
Algarve	55	21	53	26	53	27	0,5%	-3,6%
RAA	47	22	45	22	45	23	-1,3%	-4,1%
RAM	71	46	69	48	68	49	-0,6%	-4,0%
<b>Total</b>	<b>1485</b>	<b>529</b>	<b>1452</b>	<b>672</b>	<b>742</b>	<b>742</b>	<b>-0,1%</b>	<b>2,2%</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

No final do 3.º Trimestre de 2009, o número de assinantes do serviço de televisão através de satélite (*Direct To Home - DTH*), era de cerca de 624 mil, mais 26 mil que no trimestre anterior (+4,4%), e mais 63 mil do que no 3T08 (+11,2%). Este aumento resultou, sobretudo, do crescimento do número de assinantes da PTC.

De notar que neste trimestre se iniciou a oferta do serviço de TV por subscrição IPTV (*Internet Protocol Television*) da Vodafone, pelo que passaram a existir 4 ofertas disponíveis no mercado (ARTElecom -sobre acesso fixo via rádio, Sonaecom e PTC). Os assinantes do serviço de TV por subscrição suportados nestas

A  
B

plataformas e tecnologias eram 356 mil no 3.º Trimestre de 2009, mais 39 mil do que no trimestre anterior, o que corresponde a um crescimento de 12 por cento. Em relação ao período homólogo, o número de assinantes mais que duplicou, fruto da agressiva estratégia de divulgação do MEO.

Finalmente, em termos de subscrição de televisão, mas por fibra óptica (FTTH), os valores no 3.º Trimestre de 2009 eram perfeitamente incipientes.

Em suma, a quantidade de assinantes de TV por subscrição, no 3.º Trimestre de 2009 continuou a crescer, tendo ultrapassado os 2,4 milhões, cerca de mais 72 mil que no trimestre anterior e mais 232 mil do que no mesmo período do ano anterior. Os principais motores do crescimento do serviço foram IPTV e DTH através do operador incumbente, mantendo-se a liderança com a ZON.

Quadro C – Assinantes do serviço de TV por subscrição

	3T08	2T09	3T09	Variação Trimestral	Variação homóloga	Assinantes por 100 alojamentos	Assinantes por 100 habitantes
Norte	596	649	675	4,0%	13,2%	37,3	18,0
Centro	362	400	416	4,0%	14,9%	30,2	17,4
Lisboa	857	893	911	2,0%	6,3%	65,4	32,3
Alentejo	117	135	140	3,8%	19,5%	30,7	18,5
Algarve	91	102	106	3,7%	15,7%	31,6	24,5
RAA	94	96	97	1,1%	3,9%	94,4	39,8
RAM	94	96	98	1,6%	4,7%	83,4	39,7
<b>Total</b>	<b>2 211</b>	<b>2 372</b>	<b>2 443</b>	<b>3,0%</b>	<b>10,50%</b>	<b>43,7</b>	<b>23,0</b>

Fonte: ICP – ANACOM, INE

Acesso à Internet em Banda Larga

Com base nos últimos dados de mercado fornecidos pela ANACOM, relativos a 2009, existiam cerca de 1,9 milhões de utilizadores com acesso à Internet *wireline*, tendo crescido 13% face ao trimestre homólogo do ano anterior.

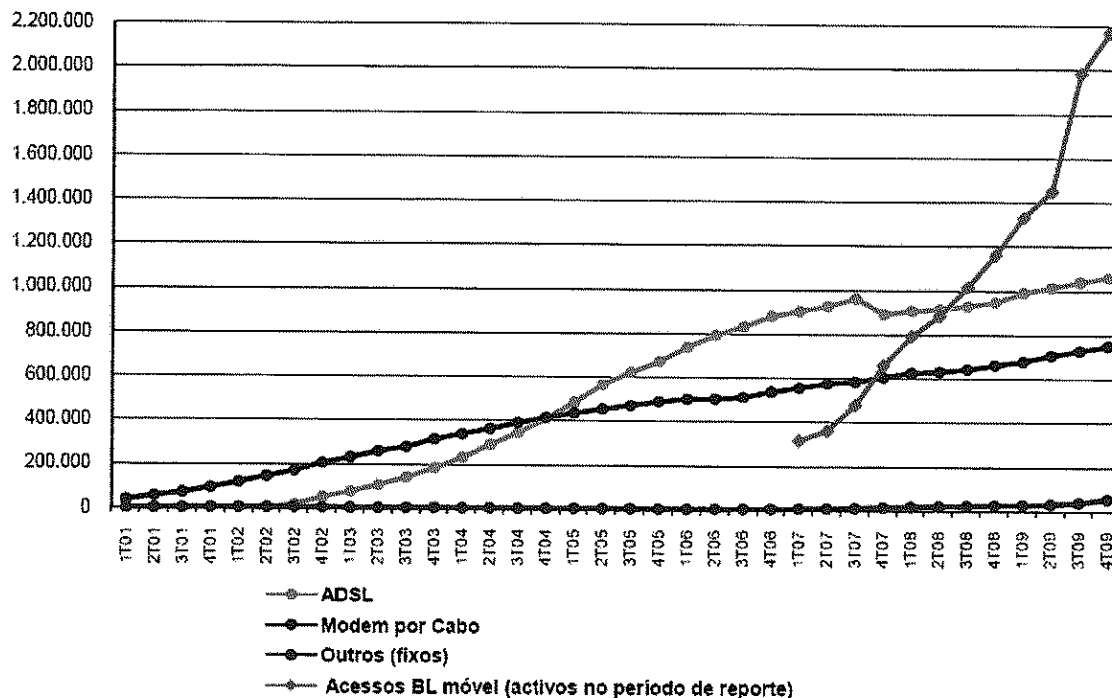
Especificamente no que respeita à Fibra Óptica (FTTH/B), no 4.º Trimestre de 2009, contabilizaram-se cerca de 30 mil clientes de acesso à Internet através de fibra óptica, o dobro do registado no trimestre anterior. Cerca de 95 por cento destes clientes são clientes residenciais.

Obviamente, a grande fatia de utilizadores da internet fixa continua sustentada na tecnologia ADSL.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do acesso à internet entre o primeiro trimestre de 2001 e o último trimestre de 2009.

*[Handwritten signature]*

Gráfico – Evolução do número de clientes de banda larga



Fonte: ICP – ANACOM, INE

Como se pode verificar, o acesso à internet de banda larga cresce de forma acentuada, mas existe um fenómeno “atípico” relativo à adesão à banda larga móvel. Mesmo sabendo que uma fatia importante destes utilizadores pode já não estar activa, é de enaltecer a elevadíssima penetração da banda larga móvel, que é das mais elevadas da Europa.

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo PT, no final de 2009, situou-se nos 44,5 por cento, mais 1,2 pontos percentuais do que no trimestre anterior. A quota de clientes do Grupo ZON situou-se nos 32,2 por cento.

Quadro D – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

	2008		2009			
	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Grupo PT	40,8%	41,6%	42,5%	42,8%	43,3%	44,5%
Grupo Zon Multimédia/TV Cabo	27,9%	31,3%	31,6%	32,3%	32,3%	32,2%
Grupo Sonaecom	14,1%	12,5%	11,7%	10,9%	10,4%	9,2%
Cabo Visão	9,9%	9,3%	8,5%	8,1%	8,0%	8,0%
Vodafone	2,3%	2,8%	3,2%	3,5%	3,8%	3,9%
AR Telecom	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,4%
TV TEL	1,8%	-	-	-	-	-
ONI TELECOM	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Outros Prestadores	1,6%	0,9%	0,9%	0,8%	0,6%	0,7%

Fonte: ICP – ANACOM, INE

O tráfego de acesso fixo à Internet em banda larga cresceu cerca de 13,5 por cento no 4.º Trimestre de 2009. A taxa de crescimento do tráfego fixo é superior à taxa de crescimento do número de clientes, o que revela a necessidade de maiores velocidade e largura de banda.

### SFT – Sistema Telefónico Fixo

O parque de acessos telefónicos principais instalados a pedido de clientes no final do 3.º Trimestre de 2009 ascendia a 4.198 milhares de acessos, correspondendo a uma penetração de cerca de 38,5 acessos por cada 100 habitantes. Em relação ao trimestre anterior, verificou-se um aumento no número de acessos (1%).

De referir também que o aumento verificado no número acessos resulta sobretudo de novas adesões a ofertas *multiple play*.

As empresas do Grupo Portugal Telecom (Grupo PT) que actuam nestes mercados continuam a deter a maioria do parque instalado, 65,1% em final de 2009, do total dos acessos instalados a pedido de clientes, menos 1 ponto percentual do que no trimestre anterior e menos 3,6 pontos percentuais que no final do período homólogo do ano anterior. O Grupo Sonae aparece com a segunda maior fatia de mercado, que ascende a cerca de 15%.

## Actividade da Empresa

### INVESTIMENTO

- **Imobilizações Corpóreas**

As aquisições verificadas em 2009 dizem respeito unicamente à construção da Rede Comunitária do Vale do Minho, bem como todos os trabalhos com ela conexos, totalizando a rubrica de Imobilizações em Curso o valor de 10.358.350,82€, dos quais 103.547,61€ dizem respeito ao acréscimo verificado no exercício de 2009.

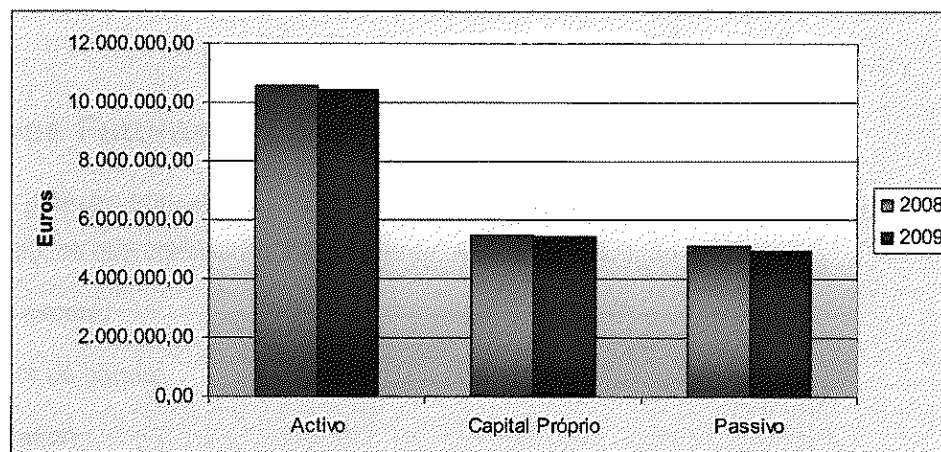
- **Imobilizações Incorpóreas**

Nesta rubrica podemos encontrar os valores referentes à constituição da empresa.

### RECURSOS HUMANOS

No final do exercício, a empresa tinha quatro administradores não remunerados, tendo-se verificado a renúncia de um outro administrador no decorrer do ano de 2009.

## Análise económico-financeira



As principais componentes do Balanço no lado do Activo são as Imobilizações em Curso, enquanto que no lado do Passivo, ressaltam as dívidas aos Fornecedores de Imobilizado e os Proveitos Diferidos. A rubrica Fornecedores de Imobilizado engloba os valores em dívida à entidade que procedeu à construção da Rede Comunitária. Por sua vez, os Proveitos Diferidos, no valor de 4.044.066,68€, dizem respeito ao financiamento do POSC.

O valor das prestações acessórias do sócio privado assume também uma importância relevante nos Capitais Próprios, totalizando 5.424.573,75€.

Apenas no quarto trimestre foi terminada a auditoria final à rede por parte do POSC, e recepcionada a fatia remanescente de financiamento, no valor de 246.917,70€. Os custos de exploração foram de 24.681,03€, decorrente do facto de em 2009 a rede ainda não estar em funcionamento, tendo embora realizado testes à rede de fibra óptica.

### RÁCIOS FINANCEIROS

RUBRICAS	2008	2009
Liquidez geral	0,25	0,03
Autonomia financeira	0,52	0,52
Autofinanciamento dos capitais permanentes	0,59	0,59
Solvabilidade	1,07	1,10
Endividamento	0,48	0,48
Cobertura do imobilizado	0,91	0,89

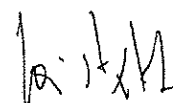
Leitura: unidades

## Nota Final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a empresa. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 17 de Março de 2010

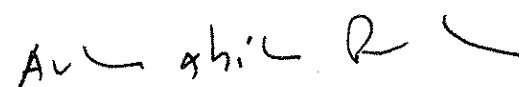
O Conselho de Administração



José Gonçalves Teixeira; Presidente



José Manuel Vaz Carpinteira; Vogal



António Abílio Pereira Torres; Vogal



**B) Informação Financeira****Balanço**

ACTIVO	31 de Dezembro de 2009		31 de		(montantes expressos em Euros)	
	Activo Bruto	Amortizações Ajustamentos	Activo Líquido	Dezembro de	31 de	31 de
<b>IMOBILIZADO</b>						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de Instalação	1.159,84	612,11	547,73	934,34		
Propriedade Industrial e Outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00		
	<u>1.159,84</u>	<u>612,11</u>	<u>547,73</u>	<u>934,34</u>		
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00		
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00		
Equipamento transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00		
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Imobilizações em curso	10.358.350,82	0,00	10.358.350,82	10.254.803,21		
	<u>10.358.350,82</u>	<u>0,00</u>	<u>10.358.350,82</u>	<u>10.254.803,21</u>		
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas grupo	0,00		0,00	0,00		
Partes de capital em empresas associadas	0,00		0,00	0,00		
Prestações Acessórias em empresas associadas	0,00		0,00	0,00		
	<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		
<b>CIRCULANTE</b>						
Existências:						
Materias-primas, sub. cons.	0,00		0,00	0,00		
Mercadorias	0,00		0,00	0,00		
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		
Produtos acabados	0,00		0,00	0,00		
	<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		
Dívidas de terceiros - m/l. prazo						
Clientes c/ caução	0,00		0,00	0,00		
	<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		
Dívidas de terceiros c/ prazo						
Clientes c/c	0,00		0,00	0,00		
Clientes títulos receber	0,00		0,00	0,00		
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00		
Estado e outros entes públicos	30.415,09		30.415,09	25.713,75		
Adiantamento a fornecedores	0,00		0,00	0,00		
Outros devedores	0,00		0,00	246.917,70		
	<u>30.415,09</u>		<u>30.415,09</u>	<u>272.631,45</u>		
Depósitos bancários e caixa						
Depósitos bancários	5.254,93		5.254,93	28.566,00		
Caixa	13,00		13,00	63,00		
	<u>5.267,93</u>		<u>5.267,93</u>	<u>28.629,00</u>		
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>						
Acréscimos de proveitos	0,00		0,00	0,00		
Custos diferidos	539,70		539,70	66,73		
	<u>539,70</u>		<u>539,70</u>	<u>66,73</u>		
Total de amortizações		612,11				
Total de ajustamentos		0,00				
Total do activo	<u>10.395.733,38</u>	<u>612,11</u>	<u>10.395.121,27</u>	<u>10.557.064,73</u>		
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Capital				50.000,00	50.000,00	
Prestações acessórias				5.424.573,75	5.424.573,75	
Reservas de reavaliação				0,00	0,00	
Reservas						
Reservas legais				0,00	0,00	
Reservas livres				0,00	0,00	
Doações				0,00	0,00	
Resultados Transitados				-9.041,70	0,00	
Subtotal				<u>5.465.532,05</u>	<u>5.474.573,75</u>	
Resultado líquido do exercício				-24.795,29	-9.041,70	
Total do capital próprio				<u>5.440.736,76</u>	<u>5.465.532,05</u>	
<b>PASSIVO</b>						
Provisões						
Outras Provisões				0,00	0,00	
				<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	
Dívidas a terceiros-m/l prazo						
Fornecedores c/ caução				0,00	0,00	
Dívidas a instituições de crédito				0,00	0,00	
Fornecedores de imobilizado				0,00	0,00	
Outros Credores				0,00	0,00	
				<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	
Dívidas a terceiros - curto prazo						
Dívidas a instituições de crédito				0,00	0,00	
Fornecedores c/c				14.513,78	8.040,34	
Fornecedores - títulos a pagar				0,00	0,00	
Fornecedores - facturas em conferência				0,00	0,00	
Fornecedores de imobilizado				894.819,58	1.039.425,66	
Estado e outros entes públicos				0,00	0,00	
Accionistas				0,00	0,00	
Outros credores				0,00	0,00	
				<u>909.333,36</u>	<u>1.047.466,00</u>	
<b>ACRÉSCIMOS DIFERIMENTOS</b>						
Acréscimos de custos				984,47	0,00	
Proveitos diferidos				4.044.066,68	4.044.066,68	
				<u>4.045.051,15</u>	<u>4.044.066,68</u>	
Total do Passivo				<u>4.954.384,51</u>	<u>5.091.532,68</u>	
Total do capital próprio e do passivo				<u>10.395.121,27</u>	<u>10.557.064,73</u>	

O Técnico Oficial de Contas

Susana Maria Macedo Queirós  
TOC 55854

O Conselho de Administração

José Gonçalves Teixeira

José Manuel Vaz Carpinteira

António Abílio Pereira Torres

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

(montantes expressos em Euros)

POC		31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2008
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
61	Custo das mercadorias vend. e das mat. Consumidas		
	Materias .....	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos .....	24.269,42	8.857,29
	Custos com o pessoal		
641+642	Remunerações .....	0,00	0,00
	Encargos sociais:		
845/9	Outros .....	0,00	0,00
662+663	Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo	386,61	225,50
666+667	Ajustamentos	0,00	0,00
67	Provisões	0,00	225,50
63	Impostos .....	25,00	62,76
65	Outros custos e perdas operacionais .....	0,00	0,00
	(A) .....	24.681,03	9.145,55
(2)	Juros e custos similares		
	Outros	6,45	56,48
	(C) .....	24.687,48	9.202,03
69	Custos e perdas extraordinários .....	113,01	0,00
	(E) .....	24.800,49	9.202,03
86	Imposto sobre o rendimento do exercício .....	0,00	0,00
	(G) .....	24.800,49	9.202,03
88	Resultado líquido do exercício .....	(24.795,29)	(9.041,70)
		5,20	160,33
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
71	Vendas		
	Produtos .....	0,00	0,00
72	Prestação de serviços .....	0,00	0,00
(3)	Variação da produção .....	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares .....	0,00	0,00
74	Subsídios à exploração		
75	Trabalhos para a própria empresa	0,00	0,00
77	Reversão de Amortizações e Ajustamentos	0,00	0,00
	(B) .....	0,00	0,00
(5)	Outros juros e proveitos similares		
	Outros .....	0,00	160,33
	(D) .....	0,00	160,33
79	Proveitos e ganhos extraordinários .....	5,20	0,00
	(F) .....	5,20	160,33
<b>RESUMO:</b>			
	Resultados operacionais: (B) - (A)	-24.681,03	-9.145,55
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	-6,45	103,85
	Resultados correntes: (D) - (C)	-24.687,48	-9.041,70
	Resultados antes dos impostos: (F) - (E)	-24.795,29	-9.041,70
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G)	-24.795,29	-9.041,70

O Técnico Oficial de Contas

*Susana Maria Macedo Queirós*  
 Susana Maria Macedo Queirós  
 TOC 55854

O Conselho de Administração

*José Gonçalves Teixeira*  
 José Gonçalves Teixeira

*José Manuel Vaz Carpinteira*  
 José Manuel Vaz Carpinteira

*António Abílio Pereira Torres*  
 António Abílio Pereira Torres

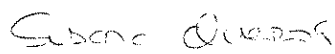


## Demonstração dos Resultados por Funções

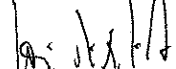
(montante expressos em Euros)


	Exercício	Exercício
	2009	2008
1 Vendas e prestações de serviços	0,00	0,00
2 Custos das vendas e das prestações de serviços	0,00	0,00
<b>Resultados brutos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3 Outros proveitos e ganhos operacionais	(11.886,88)	0,00
4 Custos de distribuição	0,00	0,00
5 Custos administrativos	(11.515,29)	(8.820,29)
6 Outros custos e perdas operacionais	(1.393,12)	(325,26)
<b>Resultados operacionais</b>	<b>(24.795,29)</b>	<b>(9.145,55)</b>
7 Custo líquido de financiamento	0,00	103,85
8 Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
9 Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
<b>Resultados correntes</b>	<b>(24.795,29)</b>	<b>(9.041,70)</b>
10 Imposto sobre os resultados correntes	0,00	0,00
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>(24.795,29)</b>	<b>(9.041,70)</b>
11 Resultados extraordinários	0,00	0,00
12 Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	0,00
<b>Resultados líquidos</b>	<b>(24.795,29)</b>	<b>(9.041,70)</b>
<b>Resultados por acção</b>	<b>(2,48)</b>	<b>(0,90)</b>

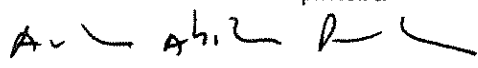
O Técnico Oficial de Contas

  
 Susana Maria Macedo Queirós  
 TOC 55854

O Conselho de Administração

  
 José Gonçalves Teixeira

  
 José Manuel Vaz Carpinteira

  
 António Abílio Pereira Torres

## Demonstração dos Fluxos de Caixa – método directo

(montantes expressos em Euros)		
DESCRIÇÃO	2009	2008
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-17.290,93	-883,68
Pagamentos ao pessoal	0,00	0,00
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>-17.290,93</b>	<b>-883,68</b>
(Pagamento)/Recebimento do imposto sobre o rendimento	32,07	-32,07
(Outros pagamentos)/recebimentos relativos à actividade	-4.758,41	-25.800,92
<b>Fluxo gerado por outras operações</b>	<b>-4.726,34</b>	<b>-25.832,99</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	5,20	0,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-113,01	0,00
	-107,81	0,00
<b>FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	<b>-22.125,08</b>	<b>-26.716,67</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas	386,61	0,00
Subsídios ao investimento	246.917,70	3.797.148,98
Juros e proveitos similares	0,00	160,33
Dividendos	0,00	0,00
	<b>247.304,31</b>	<b>3.797.309,31</b>
Pagamentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	-248.153,69	-9.215.377,55
Imobilizações incorpóreas	-386,61	-1.159,84
	<b>-248.540,30</b>	<b>-9.216.537,39</b>
<b>FLUXO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	<b>-1.235,99</b>	<b>-5.419.228,08</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações acessórias e suplementares	0,00	5.474.573,75
	<b>0,00</b>	<b>5.474.573,75</b>
Pagamentos provenientes de:		
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Amortizações de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>	<b>0,00</b>	<b>5.474.573,75</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)	<b>-23.361,07</b>	<b>28.629,00</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	28.629,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.267,93	28.629,00

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Susana Maria Macedo Queirós*  
 Susana Maria Macedo Queirós  
 TOC 55854

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Jose Gonçalves Teixeira*  
 José Gonçalves Teixeira  
*Jose Manuel Vaz Carpinteira*  
 José Manuel Vaz Carpinteira  
*Antonio Abilio Pereira Torres*  
 António Abílio Pereira Torres

## Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

1. Não ocorreram, no exercício, aquisições ou alienações de filiais ou outras actividades empresariais.
2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Rubricas	+ / -	2009	2008
Numerário	+	13,00	63,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	+	5.254,93	28.566,00
Equivalentes a caixa	+	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>+</b>	<b>5.267,93</b>	<b>28.629,00</b>
Depósitos a prazo	+	-	-
Outras disponibilidades			
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>+</b>	<b>5.267,93</b>	<b>28.629,00</b>

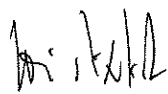
3. Divulgação de informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias, designadamente as relativas a:
  - a) Créditos bancários concedidos – Não houve, no exercício, créditos bancários concedidos.
  - b) Aquisições de empresas através da emissão de acções – Não se efectuaram, no exercício, aquisições de empresas através da emissão de acções.
  - c) Conversão de dívidas em capital – Não houve, no exercício, conversão de dívidas em capital.
4. Os Fluxos de caixa não se repartem por ramos de actividade e zonas geográficas.
5. Não são necessárias outras informações para a compreensão da demonstração dos fluxos de caixa.

Valença, 17 de Março de 2010

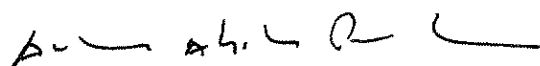
O Técnico Oficial de Contas

  
Susana Maria Macedo Queirós

O Conselho de Administração

  
José Gonçalves Teixeira

  
José Manuel Vaz Carpinteira

  
António Abílio Pereira Torres

## **C) Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados**

### Nota Introdutória

A Minhocom – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM, sociedade intermunicipal, com sede na Avenida Miguel Dantas, nº 69, em Valença, com o número comum de pessoa colectiva e de matrícula 508 515 548, matriculada na Conservatória de Registo Comercial do Valença, com o capital social integralmente realizado de € 50.000,00, foi constituída a 20 de Março de 2008.

A sua actividade principal consiste na implementação e gestão de infraestruturas de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma actividade de interesse geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Toda a informação de carácter financeiro que a seguir se faz referência está expressa em euros.

### Notas Explicativas

De seguida apresentam-se todas as informações relevantes a constar do presente Anexo ao balanço e à demonstração de resultados:

#### 1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, não tendo sido derogada nenhuma das disposições do POC, pelo que apresentam de forma apropriada e verdadeira o activo, o passivo e os resultados da Empresa.

#### 2) Comparabilidade

Não se registaram quaisquer mudanças ao nível das políticas contabilísticas e dos critérios de valorimetria pelo que os valores apresentados neste exercício económico são directamente comparáveis com os do exercício anterior.

#### 3) Princípios Contabilísticos e Critérios de Valorimetria

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

*[Handwritten marks: a star and a signature]*

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das referidas demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, constituídas por despesas com a constituição da sociedade, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Estas são amortizadas pelo método de duodécimos e de acordo com as taxas máximas previstas na legislação fiscal, como segue:

IMOBILIZADO	TAXA ANUAL (%)
Despesas de Instalação	33,33

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas, que se encontravam em curso no final do ano, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

c) Acréscimos e Diferimentos

O registo das despesas e receitas respeita o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos como incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

4) Cotações de moeda estrangeira

Não existem contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

5) Medida em que o resultado do exercício foi afectado, com vista a obter vantagens fiscais

Sem aplicação, uma vez que foram utilizados os critérios valorimétricos do POC e as amortizações foram calculadas segundo o critério fiscal.

6) Impostos sobre os lucros

A empresa adoptou o método do imposto a pagar previsto na Directriz Contabilística n.º 28 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), não reconhecendo quaisquer efeitos tributários derivados de diferenças temporárias geradoras de impostos diferidos.

Do estudo efectuado, não existem diferenças temporárias geradoras de activos e passivos por impostos diferidos.

*[Handwritten signature]*

A  
b

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades competentes durante um período de quatro anos, cinco para a Segurança Social. Desta forma poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão as declarações fiscais dos anos de 2008 e 2009.

A Administração da empresa considera, no entanto, que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções fiscais, a existirem, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2009.

7) Número médio de pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício de 2009 foi 4 administradores.

8) Despesas de instalação e de Investigação e Desenvolvimento

A conta de despesas de instalação engloba os encargos com a constituição da sociedade.

9) Trespasse

Não foi efectuada qualquer amortização relacionada com "Trespases".

10) Activo Imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas, bem como das respectivas rubricas de amortizações acumuladas, evidenciam-se nos quadros que se seguem:

- Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado – Activo Bruto:

10.1 ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo inicial	Reav/Ajust	Aumentos	Alienações	Transf./Abates	Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	1.159,84	-	-	-	-	1.159,84
	<b>1.159,84</b>	-	-	-	-	<b>1.159,84</b>
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>						
Imobilizações em curso	10.254.803,21	-	103.547,61	-	-	10.358.350,82
	<b>10.254.803,21</b>	-	<b>103.547,61</b>	-	-	<b>10.358.350,82</b>

1

- Movimentos ocorridos nas rubricas de amortizações e ajustamentos – Amortizações:

10.2 AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	225,50	386,61	-	612,11
	<b>225,50</b>	<b>386,61</b>	<b>-</b>	<b>612,11</b>

11) Custos Financeiros Capitalizados

Não existem custos incorridos no exercício de 2009 respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados neste período.

12) Reavaliações de imobilizado

A empresa não procedeu a qualquer reavaliação do seu imobilizado.

13) Quadro discriminativo das reavaliações

A empresa não procedeu a qualquer reavaliação do seu imobilizado.

14) Imobilizações Corpóreas e em Curso

Não existem imobilizações corpóreas ou em curso no estrangeiro ou reversíveis. Encontra-se, contudo, registado em imobilizações em curso, o valor de 21.074,22 euros, correspondente a equipamentos instalados em propriedade alheia.

Não existem custos financeiros nelas capitalizados, quer no período, quer em termos acumulados.

A empresa detém ainda a propriedade das redes de fibra óptica implantadas nos Concelhos de Valença, Paredes de Coura, Monção, Melgaço e Vila Nova de Cerveira.

15) Bens em regime de locação financeira

Não existem bens em regime de locação financeira.

*Handwritten initials and a mark resembling a stylized 'S' or 'U'.*

16) Empresas do Grupo e Associadas

A empresa não participa no capital de entidades consideradas do grupo ou associadas.

17) Acções e Quotas na conta "Títulos Negociáveis"

Não existem registos na conta "15 – Títulos Negociáveis".

18) Discriminação da conta 4154 «Fundos»

Não existem registos na conta "4154 – Fundos".

19) Diferenças entre os custos de elementos do activo circulante e as quantias a preços de mercado

Não existem diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

20) Valorizações inferiores ao mais baixo do custo ou do valor de mercado

Não foram atribuídos a elementos do activo circulante valores inferiores ao mais baixo do custo ou do mercado.

21) Ajustamentos nas rubricas do Activo Circulante

Não foram efectuados quaisquer ajustamentos nos elementos do activo circulante no decorrer do exercício de 2009.

22) Existências fora da Empresa

Não existem quaisquer existências fora da empresa.

23) Dívidas de cobrança duvidosa

Não existem dívidas de cobrança duvidosa contabilizadas na empresa.

*Handwritten signature.*



A  
B  
50

24) Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da Empresa.

Não existem quaisquer adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos de Administração, de Direcção e de Fiscalização da empresa.

25) Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao pessoal

Dado que a empresa não possui funcionários, não existem quaisquer dívidas ao pessoal.

26) Dívidas Tituladas

À data de 31 de Dezembro de 2009 não existem dívidas que se encontrem tituladas.

27) Quantidade e valor nominal das obrigações convertíveis, títulos de participação ou direitos similares, emitidos pela Empresa

Não existem obrigações convertíveis, títulos de participação, outros títulos ou direitos similares emitidos pela empresa.

28) Dívidas ao "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora

A empresa não é devedora ao Estado, nem a Outros Entes Públicos, de quaisquer importâncias cujo pagamento se encontre em mora.

29) Dívidas a terceiros há mais de cinco anos.

A empresa não é devedora de quaisquer importâncias, há mais de cinco anos.

30) Dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais prestadas pela Empresa

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela empresa.

31) Compromissos financeiros

Não há quaisquer compromissos financeiros que não figurem no Balanço.

1

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

32) Responsabilidades da Empresa por garantias prestadas

Não há responsabilidades da empresa por garantias reais prestadas.

33) Indicação das diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas

Não existem quaisquer diferenças levadas a activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

34) Provisões

Não há desdobramento das contas de provisões acumuladas, por não terem sido contabilizadas provisões.

35) Forma como se realizou o capital social

Em 2009 não se realizaram aumentos ou reduções no capital social da empresa.

36) Capital Social

O capital social da empresa manteve-se, no exercício, inalterado, sendo constituído por 10.000 acções escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros.

A Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho detém 5.100 acções de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do activo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes acções são ordinárias.

37) Detentor de mais de 20% do capital

Tem participação no capital social da Empresa, com valor superior a 20%, as seguintes pessoas colectivas:

SOCIEDADE	PARTICIPAÇÃO
Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	51,00%
Dstelecom, S.A.	48,49%

38) Acções e Quotas subscritas no capital

Não houve acções subscritas no capital durante o exercício.

Handwritten signature at the bottom right.

39) Movimento ocorrido nas reservas de reavaliação

Não houve qualquer variação das reservas de reavaliação durante o exercício.

40) Variação do Capital Próprio

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2009, em cada uma das rubricas de capitais próprios constantes no balanço da empresa foi o constante do quadro abaixo discriminado:

40. Movimentos do Capital Próprio				
Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>Capital Social</b>	50.000,00	-	-	50.000,00
<b>Prestações Acessórias</b>	5.424.573,75	-	-	5.424.573,75
<b>Reservas de Reavaliação</b>	-	-	-	-
<b>Reservas</b>	-	-	-	-
<b>Resultados Transitados</b>	-	(9.041,70)	-	(9.041,70)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	(9.041,70)	(24.795,29)	(9.041,70)	(24.795,29)
	5.465.532,05	(33.836,99)	(9.041,70)	5.440.736,76

41) Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Não existem custos de mercadorias vendidas e de matérias consumidas.

42) Demonstração da variação da produção

Não existe variação da produção.

43) Remuneração dos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da empresa no exercício das suas funções durante o exercício de 2009 foram mil euros e respeitam aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

44) Valor líquido das prestações de serviços

A empresa não possui qualquer movimento nas contas 71 "vendas" e na 72 "Prestação de Serviços".

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

45) Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
681 - Juros suportados	1,25		- 781 - Juros obtidos	-	160,33
682 - Perdas emp. grupo assoc.	-		- 782 - Ganhos emp. grupo e ass.	-	-
683 - Amort. de invest. Imóv.	-		- 783 - Rendimentos de imóveis	-	-
684 - Prov. p/ aplic. financeiras	-		- 784 - Rend. de part. de capital	-	-
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	-		- 785 - Dif. câmbio favoráveis	-	-
686 - Desc. pp concedidos	-		- 786 - Desc. Pp. Obtidos	-	-
687 - Perdas alien. apl. tesour.	-		- 787 - Ganhos alien. de apl. tes.	-	-
688 - O. custos e perdas financ.	5,20	56,48	788 - O. prov. e ganhos obtidos	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(6,45)</b>	<b>103,85</b>			
<b>Total:</b>	<b>-</b>	<b>160,33</b>	<b>Total:</b>	<b>-</b>	<b>160,33</b>

46) Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
691 - Donativos	113,00		- 791 - Restituição de impostos	-	-
692 - Dívidas incobráveis	-		- 792 - Recuperação de dívidas	-	-
693 - Perdas em existências	-		- 793 - Ganhos em existências	-	-
694 - Perdas em imobilizações	-		- 794 - Ganhos em imobilizações	-	-
695 - Multas e penalidades	-		- 795 - Benef. de pen. contrat.	-	-
696 - Aumentos amortizações	-		- 796 - Redução de provisões	-	-
697 - Correções rel. ex. ant.	-		- 797 - Correc. rel. a exerc.	-	-
698 - O. custos e perdas extr.	0,01		- 798 - O. prov. E ganhos extr.	5,20	-
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>(107,81)</b>	<b>-</b>			
<b>Total:</b>	<b>5,20</b>	<b>-</b>	<b>Total:</b>	<b>5,20</b>	<b>-</b>

47) Informações exigidas por diplomas legais:

Não existem informações legais que exijam divulgação.

48) Outras informações relevantes

Handwritten signature or mark at the bottom right of the page.

48.1) Garantias

Durante o ano de 2008 iniciou-se a execução da construção da Rede Comunitária do Vale do Minho, encontrando-se neste momento em fase de testes. De salientar que no âmbito da construção da Rede foi prestada pelo empreiteiro geral uma garantia bancária no valor de 454.747,88€ sobre o Barclays, referente a 5% do valor da empreitada.

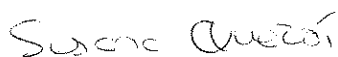
48.2) Subsídios

Durante o ano de 2009 foi recebida a última tranche referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo co-financiado pelo FEDER, no valor de 246.917,70 euros.

O valor total do subsídio encontra-se registado no balanço na conta 274 – "Proveitos Diferidos", o qual será reconhecido em função da amortização da Rede Comunitária.

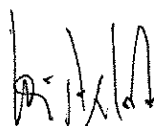
Valença, 17 de Março de 2010

O Técnico Oficial de Contas

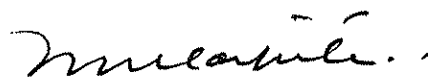


Susana Maria Macedo Queirós

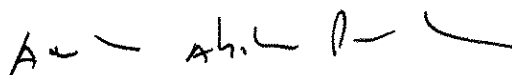
O Conselho de Administração



José Gonçalves Teixeira



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres

## D) Relatório e Parecer do Fiscal Único

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exm<sup>os</sup>. Snrs. Accionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, mormente da alínea g), do n.º 1, do art.º 420.º e do art.º 452.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Fiscal Único emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. Durante o exercício desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da empresa.
3. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas (sem reservas e sem ênfases) com data de 31 de Março de 2010.
4. Face ao exposto, e considerando que:
  - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
  - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Conselho de Administração e os Serviços da Empresa apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
  - 4.3. Os critérios valorimétricos aplicados, explicitados no Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da empresa,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2009, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 31 de Março de 2010.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148  
Representada por:  
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

## E) Certificação Legal das Contas

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MINHOCOM -- GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 10.395.121,27 euros e um total de capital próprio de 5.440.736,76 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24.795,29 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Braga, 31 de Março de 2010.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148  
Representada por:  
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

*Handwritten initials*

## **F) Órgãos Sociais**

### **CONSELHO ADMINISTRAÇÃO**

PRESIDENTE: José Gonçalves Teixeira

VOGAL: José Manuel Vaz Carpinteira

VOGAL: António Abílio Pereira Torres

### **MESA DE ASSEMBLEIA-GERAL**

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE: José Emílio Pedreira Moreira

SECRETÁRIO: Susana Daniela Simões da Silva Braga

### **ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)**

Efectivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,  
representada por Dr. Mário Guimarães (ROC n.º 1149).

Suplente: Dr. Joaquim Guimarães (ROC n.º 790).

*Handwritten signature*



## G) Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5, do artigo 447.º, e no n.º 4, do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, apresentamos, de seguida, a lista de acções abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de Dezembro de 2009, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer acções da sociedade.
2. Os seguintes accionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de Dezembro de 2009, de pelo menos um décimo do capital:
  - i. - Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, com 51% do capital;
  - ii. - Dstelecom, S.A., com 48,49% do capital.

Valença, 17 de Março de 2010

O Conselho de Administração

  
José Gonçalves Teixeira

  
José Manuel Vaz Carpinteira

  
António Abílio Pereira Torres



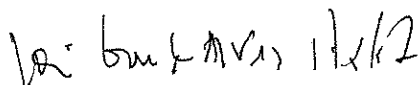
## ERRATA

Serve o presente documento para rectificar o Relatório e Contas de 2009 da empresa Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM, contribuinte n.º 508 515 548, com sede na Avenida Miguel Dantas, n.º 69 em Valença.

Deste modo onde se lê "Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho" deverá ler-se "Associação de Municípios do Vale do Minho".

Valença, 18 de Março de 2010

O Conselho de Administração



José Gonçalves Teixeira



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres